

**SOBRE O USO DA FORÇA: POLÍTICA E MORAL EM *O PRÍNCIPE* DE  
MAQUIAVEL**

**ON THE USE OF FORCE: POLITICS AND MORALS IN MACHIAVELLI'S  
THE PRINCE**

Acrísio Luiz Gonçalves<sup>1</sup>

**RESUMO**

O presente trabalho visa esclarecer o papel que a força desempenha nos momentos de conquista, fundação e conservação de novos Estados, tendo como plano de análise a obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. A partir do tópico da força, apresentaremos em que medida a reflexão sobre a ação política dos governantes se distancia do debate sobre a justificativa moral desta ação, fato este que, em Maquiavel, permite uma separação nítida e efetiva entre a Política e a Moral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Maquiavel; força; política; moral

**ABSTRACT**

This paper aims at making clear the role that force performs in the moments of conquer, foundation and conservation of new States, having as an analysis plan Niccolò Machiavelli's work *The Prince*. Based on the topic of force, we will present to which extent does the reflection on the governor's political action sets itself apart from the

---

<sup>1</sup> Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professor Assistente do Centro Universitário UNA. *E-mail:* acrissio@yahoo.com.br

debate on the moral justification of this action – such a fact that, in Machiavelli, enables a clear and effective separation between Politics and Morals.

**KEYWORDS:** Machiavelli; force; politics; morals

## INTRODUÇÃO

À época de Maquiavel, um novo estilo literário ganhava imenso destaque, os *espelhos dos príncipes*: livros de conselhos e elogios destinados aos monarcas. Tais obras se enraizavam na tradição de estender um “espelho” aos príncipes, descrevendo quais seriam as obrigações e deveres fundamentais para a boa condução do poder: “oferecendo-lhes, dessa forma, uma imagem ideal e pedindo-lhes que nela [os príncipes] procurassem divisar o seu reflexo” (SKINNER, 1996, p.139). A literatura medieval e renascentista estava repleta desses tratados. A obra célebre de Maquiavel, *O Príncipe*, finalizada no ano de 1513, parece figurar dentre eles, ao menos em sua forma, uma vez que a grande maioria dos humanistas concebiam seus tratados visando, de antemão, um príncipe particular, e Maquiavel procedera de forma semelhante, dedicando *O Príncipe* ao “Magnífico Lorenzo de Médici” (MAQUIAVEL, 2004, p.1).

No entanto, essa suposta semelhança não passaria de mera aparência, não se estendendo para além da simples forma. Enquanto destinados à educação dos monarcas – sobretudo à educação moral – os *espelhos dos príncipes* apontavam a posse das virtudes morais tradicionais como a chave-mestra para o êxito, no governo dos principados. Tais obras endossavam a tese segundo a qual “a conduta racional que o príncipe *deve seguir* será sempre a conduta moral” (SKINNER, 1996, p.141), imputando ao príncipe a necessidade de que este seja sempre “clemente, fiel, humano, íntegro e religioso” (MAQUIAVEL, 2004, XVIII, p.85). Em *O Príncipe*, entretanto, conforme salienta Ernst Cassirer, a própria palavra “dever” – referindo-se a uma possível lista de atribuições morais destinada ao príncipe – parece difícil de ser encontrada (CASSIRER, 2003, p.185). Maquiavel se ocupara de problemas bastante diferentes, como, por exemplo, os modos a partir dos quais o príncipe poderia alcançar

o poder e como, mesmo em face das circunstâncias mais difíceis, poderia tentar conservá-lo.

Além disso, é provável que as razões pelas quais Maquiavel tenha dedicado essa obra a um dos Médicis também se afaste das razões que, usualmente, eram motivo para as dedicatórias dos *espelhos dos príncipes*. Na época em que Maquiavel viveu, a Itália ainda não havia se estabelecido como uma nação independente, encontrando-se fragmentada em regiões que correspondiam a diferentes cidades-estado – a exemplo de Florença, Roma, Milão, Veneza, Pizza. Mais do que qualquer outra cidade italiana, Florença encontrava-se devastada por conflitos. Em 1434, os Médicis – família de ricos banqueiros – se apoderam de Florença. Em 1494, seis décadas mais tarde, a República é estabelecida em Florença, após uma insurgência popular. Nesse período, mais precisamente em 1498, Maquiavel entra oficialmente na vida pública como secretário da segunda Chancelaria da República florentina, tendo intensa e efetiva participação no governo, realizando inúmeras missões diplomáticas. Em 1512, entretanto, há uma nova alteração no regime político: os Médicis se reestabelecem no poder e Maquiavel, à época funcionário da república, acaba por ser destituído de todas as suas funções, além de ser banido de Florença (CHEVALLIER, 1986, pp.18-22).

Em 1513, Maquiavel dedica *O Príncipe* a Juliano de Médici e, após a morte de Juliano, em 1516, uma nova dedicatória teria sido endereçada a Lorenzo II de Médici, sobrinho do então papa Leão X. Como salienta Jean-Jacques Chevallier (1986, p.24), tanto Juliano quanto Lourenço pareciam ter diante de si um futuro próspero, com grande chance de conquista de novos territórios – tanto por pertencerem à família Médici, quanto por serem próximos ao chefe da Igreja –, podendo, por este motivo, retribuírem favores a Maquiavel. A maior esperança de Maquiavel, na ocasião desempregado, era que sua obra pudesse atrair a atenção dos Médici sobre sua própria pessoa, recuperando, assim, o seu cargo público, conforme afirma Quentin Skinner: “a principal preocupação de Maquiavel consistia, naturalmente, em deixar claro aos Médici que ele era um homem que valia a pena empregar” (SKINNER, 2000, p.26).

É imerso nesse contexto pessoal e político que Maquiavel, tentando retirar-se da condição de funcionário desfavorecido, dedica *O Príncipe* aos Médici. Embora

tenha sido um fracasso em relação ao propósito pessoal e estratégico de Maquiavel<sup>2</sup>, esta sua obra viria a revolucionar o gênero literário dos livros de conselhos para príncipes. Nela, ao questionar as verdades estabelecidas pela tradição humanista e cristã sobre a política e o poder (LEFORT, 1986, p.365), Maquiavel apresenta uma nova resposta sobre a questão dos fundamentos da política, tendo por base a redefinição do conceito de *virtù* (SKINNER, 2000, p.44) e a ênfase dada ao papel da *força*, enquanto ferramenta para a ação em âmbito político.

### ***O PRÍNCIPE E A POLÍTICA: ENTRE A FORTUNA E A VIRTÙ***

Ao contrário do que era corrente na tradição política da época, Maquiavel, em *O Príncipe*, não teve por objetivo tratar sobre a origem e a finalidade do Estado, ou sobre a legitimidade (ou ilegitimidade) de certas formas de poder (LEFORT, 1986, p.346). Todo o desenvolvimento desta obra se faz como se uma única questão direcionasse a reflexão política: como se pode governar e conservar o poder? Para elaborar esta resposta, Maquiavel se detém no exame de casos particulares, tanto os históricos quanto os de seu tempo, em que são observadas as operações necessárias para se realizar a tomada e a conservação do poder, tratando sobre aquilo que, do ponto de visto político, seria a maior honra para um governante: a fundação de novas leis e de um novo regime (MAQUIAVEL, 2004, XXVI, p.125).

Maquiavel inicia *O Príncipe* com a apresentação de duas categorias de organização política dos Estados: as *repúblicas* e os *principados* (MAQUIAVEL, 2004, I, p.3). Os principados, questão de interesse de Maquiavel<sup>3</sup>, são por ele divididos em dois tipos: os *hereditários* e os *novos*<sup>4</sup>. Os principados do primeiro tipo se manteriam devido aos costumes, sendo bem mais fáceis de se governar do que os novos, bastando, para isso, que o príncipe não ultrapassasse os limites estabelecidos nos governos anteriores como, por exemplo: preservar inalteráveis as antigas leis e os impostos

<sup>2</sup> Lorenzo II de Médici recebeu a obra em manuscrito, não tendo lhe dispensado nenhuma atenção e não recompensando Maquiavel. Mais tarde, em 1519, Maquiavel recupera certo favor junto aos Médicis, porém devido à sua reputação de bom funcionário e hábil político e, não, por causa de *O Príncipe* (SKINNER, 1996, pp.139-140).

<sup>3</sup> Ao dizer já haver tratado do tema da República em outra obra, Maquiavel passa a examinar a questão dos principados: “Não tratarei aqui das Repúblicas porque, em outra ocasião, discorri longamente sobre o assunto. Ocupar-me-ei somente dos principados” (MAQUIAVEL, 2004, II, p. 5).

<sup>4</sup> Entre os principados novos existiam aqueles que eram inteiramente novos e, também, aqueles que poderíamos chamar de mistos: os principados recém-adquiridos que, porém, são anexados a algum outro Estado hereditário (MAQUIAVEL, 2004, II, p.5).

(MAQUIAVEL, 2004, III, p.9). Por esse motivo, os principados do segundo tipo, os *novos*, passam a ser o objeto de interesse de Maquiavel que, no entanto, não visa estabelecer uma diferença axiológica entre os principados hereditários e os novos<sup>5</sup>. A questão posta por Maquiavel se distancia novamente daquela colocada pela tradição – que se perguntara sobre a distinção entre governos legítimos e ilegítimos –, sendo deslocada para os temas da conquista, fundação e manutenção de novos domínios.

Na concepção de Maquiavel, a conquista de um principado supõe sempre o exercício da *virtù* ou a sorte da *fortuna* (MAQUIAVEL, 2004, VI, pp.23-24). Contudo, estes dois conceitos, muito presentes na vida cultural renascentista, recebem em Maquiavel uma nova interpretação e contorno, sendo concebidos como antíteses um ao outro. A *fortuna* é descrita como aquele conjunto de forças que guiarão, em alguma medida, os acontecimentos mundanos; seria a força responsável pelo caráter contingente de toda a ação humana; o que demarcaria, também na política, a existência de um espaço de incerteza. O termo *virtù*, por sua vez, é empregado por Maquiavel para se referir ao complexo de aptidões que permitiriam, ao homem, impor rumo aos acontecimentos: “a capacidade de impor-se ao que é indeterminado e tenebroso na vida, evidenciando, desse modo, o poder e a autonomia do homem” (AMES, 2002, p.138). Em âmbito político, o conceito de *virtù* se refere ao conjunto de qualidades das quais o príncipe poderia fazer uso, a fim de manter o seu estado e realizar grandes feitos (SKINNER, 1986, p.159), representando a capacidade de agir, com eficácia, na arena política (BIGNOTTO, 2008, p.94).

Maquiavel afirma que, ao examinarmos a vida daqueles que se tornaram príncipes pela própria *virtù*, veremos que a *fortuna* não lhes prouvera nada além do que a ocasião (a oportunidade) para as suas ações<sup>6</sup>. Sem esta ocasião, afirma Maquiavel, toda a *virtù* do espírito desses homens teria sido extinta; mas, sem a *virtù*, toda a “ocasião teria sido em vão” (MAQUIAVEL, 2004, VI, p.24). Desse modo, embora a

---

<sup>5</sup> Conforme afirma José Luiz Ames (2002, p.178), no entendimento de Maquiavel, todos os principados hereditários foram, em algum momento do passado, principados novos que se constituíram a partir da usurpação do poder pela ação de um príncipe conquistador, não havendo, assim, um tipo de principado que seja mais legítimo que o outro.

<sup>6</sup> Entre aqueles que, pela própria *virtù* – e não pela *fortuna* –, tornaram-se príncipes, Maquiavel cita Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu (MAQUIAVEL, 2004, VI, p.24). Moisés libertou os hebreus do cativeiro egípcio; Ciro fundou o Império persa; e Teseu e Rômulo pertencem às lendas de fundação das cidades de Atenas e Roma.

*fortuna* possa auxiliar na fundação de um novo principado, beneficiar-se com sorte da *fortuna* não pode ser visto como uma vantagem inabalável, pois a “boa fortuna” pode trazer consigo a exigência de uma grande *virtù*. Nesse caminho, Maquiavel deixa claro que as qualidades das quais o príncipe poderia fazer uso, com o fito de conquistar e conservar o poder, poderiam se distanciar ou se sobrepor às virtudes convencionais, não havendo qualquer equivalência necessária entre a *virtù* e as virtudes morais tradicionais e/ou cristãs. Este passo abre a possibilidade para o tratamento da questão da *força*, em Maquiavel.

## MAQUIAVEL E A LÓGICA DA FORÇA

Interessado em estabelecer os instrumentos e as técnicas de comando que possibilitariam assegurar a estabilidade do Estado, Maquiavel inicia uma reflexão sobre os meios de ação do príncipe (MAQUIAVEL, 2004, XII e XIV). Seu foco deixa de ser a descrição das diferentes formas de organização política (e o detalhamento da conquista), passando a ser o das condições para fundação e conservação do poder.

A fundação de um novo regime político não pode ser meramente confundida com a conquista de um novo território. Como salienta Bignotto, devemos “distinguir a conquista – momento da pura negatividade – da fundação – momento de criação social” (BIGNOTTO, 1991, p.127), percebendo que a consolidação da fundação se faz possível apenas na medida em que se exercitem formas de conservação dessa conquista, como a criação de uma nova ordem – de novas instituições – que sobrevivam para além do tempo presente, conforme também salienta Chevallier:

A maior dessas dificuldades iniciais consiste no estabelecimento de novas instituições. Eis um empreendimento obrigatório para fundar o novo governo e alicerçar a segurança do novo príncipe, mas cheio de perigos e de incertezas (CHEVALLIER, 1986, p.28).

Na fundação, o príncipe conquistador passa da pura negatividade para a posição de criador, enfrentado o desafio “da criação de uma *ordem* a partir da *desordem*” (AMES, 2013, p.105). E, como salienta Maquiavel, aquele que se dedica ao empreendimento de criação de uma nova ordem passa a ter “por inimigos todos aqueles que se beneficiam com a antiga ordem”, encontrando como defensores do novo regime

ISSN 1984-3879, SABERES, Natal RN, v. 1, n. 15, Maio, 2017, 25-37.

apenas “aqueles a quem as novas instituições beneficiam” (MAQUIAVEL, 2004, VI, p.25). De fato, o maior exercício de *virtù* encontra-se no momento de fundação e, não propriamente, da conquista (AMES, 2002, p.191).

A conclusão inicial de Maquiavel é a de que o fundamento e a conservação de todos os Estados são assegurados por boas leis e, sobretudo, por boas armas<sup>7</sup> – sendo este segundo ponto a questão central de seu interesse:

Os principais fundamentos de todos os estados, tanto dos novos como dos velhos ou dos mistos, são boas leis e boas armas. Como não se podem ter boas leis onde não existem boas armas, e onde são boas as armas costumam ser boas as leis, deixarei de refletir sobre as leis e falarei sobre as armas (MAQUIAVEL, 2004, XII, p.57).

Ao tratar mais detalhadamente sobre os momentos de fundação e conservação dos novos estados, Maquiavel detalha a necessidade do uso da *força*. Entre as dificuldades para a manutenção de um novo principado estaria a natureza mutável dos homens, aliada ao sentimento de desilusão que neles surgiria a cada nova reforma política, principalmente se estivessem habituados a viver de modo livre, isto é, com possibilidades de estabelecerem suas próprias leis:

Quem se torna senhor de uma cidade habituada a ser livre, e não a destrói, será destruído por ela, porque ela sempre invocará, na rebelião, o nome de sua liberdade e de sua antiga ordem, as quais nem o passar do tempo nem os benefícios jamais farão esquecer (MAQUIAVEL, 2004, V, p.22).

Segundo Bignotto, é devido ao fato de que uma mudança sempre deixa preparados os alicerces para novas mudanças (MAQUIAVEL, 2004, II, p.6) que, para Maquiavel, “toda fundação traz consigo a exigência de uma política de conservação” (BIGNOTTO, 1991, p.135). Conseqüentemente, para se fixar a natureza variável dos homens dentre os parâmetros necessários à conservação do Estado, Maquiavel aponta a

---

<sup>7</sup> Maquiavel apresenta serem dois os modos ou gêneros de combates, “um com as leis e outro com as forças”. O primeiro seria próprio do homem, o segundo próprio aos animais. Entretanto, como frequentemente as leis são incapazes de assegurar a segurança e manutenção de um Estado, devemos saber recorrer também à força: “é necessário ao príncipe saber usar bem tanto o animal quanto o homem” (MAQUIAVEL, 2004, XVIII, p.83).

importância do papel da força, concebida como um instrumento indispensável para tais propósitos:

A natureza dos povos é variável; e se é fácil persuadi-los de uma coisa, é difícil firmá-los naquela convicção. Por isso, convém estar organizado de modo que, quanto não acreditarem mais, seja possível fazê-los a crer à força (MAQUIAVEL, 2004, VI, pp.25-26).

A história, segundo Maquiavel, estaria repleta de exemplos de príncipes que, ao conquistarem um estado novo, criaram exércitos para si (MAQUIAVEL, 2004, XX, p.100). Mesmo os santos ou profetas, quando em disputas políticas, nunca dispensaram o papel das armas, argumenta Maquiavel:

Todos os profetas armados vencem, enquanto os desarmados se arruinam. [...] Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam conseguido que suas constituições fossem obedecidas por tanto tempo, se estivessem desarmados (MAQUIAVEL, 2004, VI, pp.25-26).

Maquiavel conclui que, sem armas – e, sobretudo, sem armas próprias –, nenhum principado estará seguro, pois se encontrará “inteiramente à mercê da fortuna, não havendo *virtù* que confiavelmente o defenda na adversidade” (MAQUIAVEL, 2004, XIII, p.63). Isto porque,

Não há qualquer comparação entre um homem armado e outro desarmado; não é razoável que um homem armado obedeça de bom grado a quem esteja desarmado, nem que o desarmado se sinta seguro entre servidores armados (MAQUIAVEL, 2004, XIV, pp.69-70).

Ao nos atentarmos sobre a necessidade do uso da força quando da conquista e conservação de novos principados, julgamos parecer impossível ao príncipe escapar à fama de cruel, conforme atesta o próprio Maquiavel: “Dentre todos os príncipes, particularmente ao príncipe novo é impossível escapar à fama de cruel, por serem os novos estados repletos de perigos” (MAQUIAVEL, 2004, XVII, p.79). Entretanto, Maquiavel também afirma que “todo príncipe deve desejar ser considerado piedoso e

não cruel” (MAQUIAVEL, 2004, XVII, p.79)<sup>8</sup>. Desse modo, como poderia haver uma conciliação entre a crueldade necessária à qualquer conquista e fundação, com o desejo estratégico do príncipe de, ainda assim, ser reconhecido por seu povo como um governante piedoso?

A primeira resposta seria a de que, em hipótese alguma, o príncipe deveria se preocupar com a fama de cruel, caso tivesse em vista a conservação da unidade de seu Estado e a obediência de seus súditos (MAQUIAVEL, 2004, XVII, p.79). Nesse contexto, Maquiavel analisa a crueldade não como sendo um traço permanente e essencial do caráter de qualquer indivíduo, mas como uma característica potencial que pode ser utilizada de modo útil, ou não, tendo-se em vista um dado fim (AMES, 2002, p.171). Assim, em âmbito político, ao contrário do que se é defendido na tradição moral, a crueldade não representaria, ela mesma, um agir condenável. A crueldade, segundo Maquiavel, pode ser bem aplicada. No entanto, a aplicação útil da crueldade não seria somente aquela que servisse à manutenção da ordem no interior do Estado, ou à contenção de revoltas populares, mas também aquela que fosse mínima, não exagerada e pouco recorrente:

São bem empregadas as crueldades (se é legítimo falar bem do mal) que se fazem de uma só vez pela necessidade de garantir-se e depois não se insiste mais em fazer, mas rendem o máximo possível de utilidade para os súditos. Mal empregadas são aquelas que, ainda que de início sejam poucas, crescem com o tempo, ao invés de se extinguirem (MAQUIAVEL, 2004, VIII, p.41).

Reconhecida por Maquiavel como um meio efetivo de ação do príncipe, a crueldade deve, porém, ser usada com parcimônia. Mas tal uso econômico não se deve a “razões axiológico-morais, e sim a seus efeitos prático-políticos” (AMES, 2002, p.172). Em contraste, e devido às mesmas razões político-estratégicas, o príncipe também não deve fazer mau uso da piedade, posto que isso acarretaria consequências desastrosas

---

<sup>8</sup> Entretanto, segundo Maquiavel, essa preocupação não deve estar presente ao príncipe, quando nos momentos de batalha: “Quando, porém, o príncipe está em campanha, no comando de uma infinidade de soldados, não precisa absolutamente se preocupar com a fama de cruel, porque, sem esta fama, jamais se mantém um exército unido e disposto à ação” (MAQUIAVEL, 2004, XVII, p.81). Como veremos adiante, a preocupação do príncipe com relação às virtudes ou vícios – para com a crueldade, por exemplo – não deve constituir-se como uma preocupação de cunho moral, mas de cunho político-estratégico.

para o seu governo: qualquer piedade sem limites, argumenta Maquiavel, prejudicaria toda a universalidade de cidadãos, pois permitiria a evolução da desordem no interior do Estado (MAQUIAVEL, 2004, XVII, p.79). A crueldade bem aplicada, por sua vez, apenas ofende o indivíduo particular a que ela se destina. Por conseguinte, um príncipe não deve limitar-se às possibilidades de ação, seja por vício ou por virtude; deve “não se afastar do bem, mas saber entrar no mal se necessário” (MAQUIAVEL, 2004, XVIII, p.85).

Faz-se notável que as indicações de Maquiavel se afastam da moral corrente, porém elas não se referem às ações particulares dos homens, mas somente à ação política. Embora os atos necessários para a consecução dos fins políticos possam exigir um rompimento com as ideias tradicionais de virtude e moralidade, não podemos derivar disso que seja Maquiavel um pensador contrário à moral<sup>9</sup>. *O Príncipe* não poderia ser descrito como um tratado pedagógico ou moral, algo ao estilo do gênero de *espelhos dos príncipes*, mas tampouco poderia ser considerado como um livro imoral. Seria, apenas, um livro técnico, conforme argumenta Ernst Cassirer:

*O Príncipe* não é um livro moral nem imoral: é simplesmente um livro técnico. Num livro técnico não se deve esperar encontrar regras de conduta ética, do bem e do mal. Basta-nos que nos diga o que é útil e o que é inútil (CASSIRER, 2003, p.185).

Maquiavel não se opõe a uma distinção moral entre bem e mal. Em âmbito político, salienta que o príncipe deve atentar-se, unicamente, ao estabelecimento de uma ordem temporal segura e duradoura. Para o alcance desse propósito, não pode titubear frente à necessidade do emprego de quaisquer meios. Como se percebe, a subversão da moral tradicional realizada por Maquiavel visa, tão somente, tentar estabelecer uma justificativa para a ação política que se pautar apenas na própria política (AMES, 2002, p.154).

De posse de tais considerações, poderíamos nos indagar sobre a resposta que Maquiavel apresenta à tradicional questão que direciona os elogios e conselhos nos

---

<sup>9</sup> Após a publicação de *O Príncipe*, muitas foram as interpretações que apontaram Maquiavel como “um homem diabolicamente perverso” (SKINNER, 1996, p.157) e, até os nossos dias, o pensamento de Maquiavel é tido como “um objeto de ódio para moralistas de todas as tendências, tanto revolucionárias quanto conservadoras” (SKINNER, 1996, p.1).

*espelhos dos príncipes*: “é melhor ser amado ou temido?”. A resposta de Maquiavel é nenhum pouco hesitante: “A resposta é que seria de desejar ser ambas as coisas, mas, como é difícil combiná-las, *é muito mais seguro ser temido do que amado*, quando se tem de desistir de uma das duas” (MAQUIAVEL, 2004, XVII, p.80).

No entanto, percebe-se que, em seu ato de resposta, Maquiavel subverte a própria pergunta da tradição, pois não responde em termos do que seria *melhor* ao príncipe e, sim, em termos do que para ele seria mais *seguro*. A pergunta é, então, transportada do âmbito ético-moral para o âmbito político-estratégico. Maquiavel não diz que, para o príncipe, seria *melhor* que o temessem do que o amassem – não haveria razões axiológicas para sustentar tal resposta – mas, exclusivamente, que, frente à impossibilidade de ser igualmente amado e temido, seria mais seguro, ao príncipe, ser temido.

A justificativa de Maquiavel parte tanto da observação de casos históricos quanto da observação sobre a natureza dos homens, os quais, sendo ingratos, volúveis e dissimulados, apoiam o governante enquanto ele mantém distante o perigo. Mas logo o esquecem, rejeitam-no e contra ele se revoltam, se é o governante quem se encontra em situação de necessidade. Assim, argumenta Maquiavel que os homens se mantêm mais fiéis não àqueles que se fazem amar, mas àqueles que se fazem temer:

Os homens têm menos receio de ofender a quem se faz amar do que a outro que se faça temer; pois o amor é mantido por vínculo de reconhecimento, o qual, sendo os homens perversos, é rompido sempre que lhes interessa, enquanto o temor é mantido pelo medo ao castigo, que nunca te abandona (MAQUIAVEL, 2004, XVII, p.80).

Embora deva saber praticar o mal quando necessário, o príncipe deve ser também compassível, se assim o for conveniente e, por questões político-estratégicas, deve tentar ser amigo do povo: “É necessário ao príncipe ter o povo como amigo” (MAQUIAVEL, 2004, IX, p.45). Deve, ainda, não cometer demasiadas injustiças e estimular o desenvolvimento econômico dos cidadãos que estejam sob sua proteção, de modo que eles possam, com isso, auxiliar no desenvolvimento do próprio Estado (MAQUIAVEL, 2004, XXI, p.108).

Apesar de não guiar as suas reflexões políticas a partir do horizonte moral da tradição humanista-cristã, Maquiavel desaprova aqueles príncipes que nunca se portam virtuosamente, mesmo diante das circunstâncias mais favoráveis para fazê-lo. Desse modo, como bem equaciona Bignotto (1991, p.139), o “mistério da conservação” reside no fato de que, embora não se possa assegurá-la pelo mero recuo aos valores éticos tradicionais, também não se pode, para tal, simplesmente esquecê-los.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No humanismo moral e político italiano, era central a ideia de que a *virtù* poderia ser identificada com a posse das principais virtudes morais e/ou cristãs. Maquiavel, como vimos, distancia-se desta concepção, denunciando o caráter falho das teorias políticas de seus contemporâneos, por superestimarem o papel das virtudes morais nas decisões políticas e, conseqüentemente, por não enfatizarem o papel da força nesses contextos.

Mesmo que a questão da força já se fizesse presente na filosofia política à época de Maquiavel, este debate toma nova e revolucionária direção em *O Príncipe*. Visando a conservação do Estado, o príncipe deveria estar apto a variar sua conduta do bem ao mal, e do mal ao bem, conforme a necessidade das circunstâncias.

A diferença crucial entre Maquiavel e seus antecessores (e contemporâneos) estaria na divergência quanto aos métodos considerados adequados (e às justificativas consideradas aceitáveis) para se promover a organização da vida. Além disso, o movimento de afastar a questão da necessidade de fundamentação das ações políticas na moral tradicional acabaria tendo como consequência algo que ainda mais os distancia: Maquiavel, ao contrário daqueles, acabara por proclamar a própria autonomia da política.

## REFERÊNCIAS:

AMES, José Luiz. **Maquiavel**: a lógica da ação política. Cascavel: Edunioeste, 2002. 273p.

- AMES, José Luiz. Função do Conflito sob um Governo Príncipesco: poder político e jogo de alianças em Maquiavel. In: ADVERSE, Helton (Orgs.). **Filosofia Política no Renascimento Italiano**. São Paulo: Annablume, 2013. pp.97-144.
- BIGNOTTO, Newton. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Edições Loyola, 1991. 226p.
- BIGNOTTO, Newton. A antropologia negativa de Maquiavel. **Analytica**. Rio de Janeiro, v.12, n.2, 2008, pp.77-100.
- CASSIRER, Ernst. **O mito do estado**. São Paulo: Codex, 2003. pp.145-195.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias**. 3a ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986. pp.11-49.
- LEFORT, Claude. **Le travail de l'oeuvre Machiavel**. Paris: Gallimard, 1986. 780p.
- MACHIAVELLI, Nicoló; ARON, Raymond. **O príncipe**. Tradução de Maria Julia Goldwasser. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 182p.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. pp.109-159.
- SKINNER, Quentin. **Machiavelli: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University, 2000. 102p.